



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO N.º _____/2022
(do Sr. ORLANDO SILVA)

Requeiro a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), de audiência pública sobre as recomendações recebidas pelo Brasil no âmbito da Revisão Periódica Universal, no que diz respeito aos direitos da população em situação de rua.

Requeiro a V. Exas., nos termos dos artigos 24, inciso III e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), de audiência pública sobre as recomendações recebidas pelo Brasil no âmbito da Revisão Periódica Universal, no que diz respeito aos direitos da população em situação de rua.

JUSTIFICATIVA

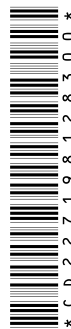
No final de 2019, a Câmara dos Deputados e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos firmaram parceria para a criação de um Observatório Parlamentar no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

A parceria foi renovada em 2021 para vigência no período de 2022, e foi ampliada em seu escopo, passando a integrar as 25 agências, programas e fundos das Nações Unidas.

A RPU é o mecanismo que analisa a situação interna de direitos humanos nos Estados membros da ONU. Em 2017, o Brasil passou pelo terceiro ciclo de avaliação e recebeu 246 recomendações sobre direitos humanos, das quais aceitou voluntariamente 242.

A principal atividade do Observatório é o monitoramento dessas recomendações recebidas e aceitas pelo Brasil, por meio relatórios técnicos e audiências públicas, a partir das quais serão elaborados relatórios temáticos a respeito do estágio de cumprimento das recomendações.

A metodologia de trabalho do mecanismo consiste, em síntese, em agrupar as recomendações em unidades temáticas, cada uma delas sendo objeto de relatório preliminar, debatido em audiência pública.



Em 2021 foram realizadas 25 audiências públicas com agentes públicos, representantes da sociedade civil e especialistas internacionais, para debater esses relatórios preliminares.

O tema dos direitos da população em situação de rua não foi abordado nas audiências já realizadas, razão pela qual solicito apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, de abril de 2022.

